

3x4

Porto Alegre, 20 de junho de 1975

Centenário da Imigração: o que sobrou da cultura italiana?

Os primeiros tempos, na verdade, foram mais heróicos do que se fala. Faltou proteção e apoio para o imigrante. Mas agora, talvez mesmo por isso, resta muito pouco da cultura italiana. Com o tempo, os colonos preferiram adaptar-se. Págs. 4 e 5



Silvia Costa

Caetano não se ligou, mas o som do Porto está melhor

O show de Caetano, no Gigantinho, agradou pouca gente. Ele está apático, enquanto o som em Porto Alegre, cresce mais do que nunca. Caetano, por dentro e por fora, na página 7, e o nosso som, na 14.

Ecologia

- 1 - PEDREIRAS DESTROEM OS MORROS
- 2 - O QUE VAI SOBRAR DA REDENÇÃO?



Dante Efron

O morro Santana está todo rachado, e as pedreiras o engolem, aos poucos. No Parque Farroupilha, a Perimetral derrubará mais árvores, apesar da Tipuana. Páginas 2 e 15.

JORNALISMO

A reforma do curso deve ser estudada

Página 12

Mercado vai crescer com a Cooperativa

Página 3

Problemas da profissão, na PUC, dia 18

Páginas 8 e 9

3 x 4 foi terceiro no Prêmio Parker

Criado em 1972 para ser um jornal-laboratório dos estudantes do Curso de Comunicação da UFRGS, o 3 x 4 conseguiu uma sucessão de prêmios cada vez mais difíceis — chegar ao quinto número. Justamente aquele que conquistou o terceiro lugar no Concurso Parker de Jornalismo Estudantil, em março último.

Os dois primeiros prêmios ficaram com Paraná e São Paulo, que concorreu com o jornal *Objetivo*. Para quem não sabe: o *Objetivo* é o maior curso pré-vestibular do país, com mais de dez mil alunos, e agora também com faculdades em São Paulo, Brasília, Campinas e Ribeirão Preto.

Só na parte industrial, o *Objetivo* exigiu investimentos de Cr\$ 40 mil mensais. Além disso, paga a vários profissionais de jornal para orientar os estudantes, que recebem bolsas de estudo para escrever suas matérias. E mais: quando os alunos de primeiro semestre passaram para o segundo, encontraram uma sala com 50 máquinas de escrever alemãs, novinhas (isso significa investimento). E um laboratório fotográfico moderníssimo (também isso é investimento). Depois de alguns meses de ensaio e muitos cruzeiros investidos, os alunos estavam fazendo — e bem — um jornal-laboratório com 16 páginas e 30 mil exemplares, formato tablóide. E preciso dizer mais?

Um estímulo destes desenterrou o borbulhar do gênio de cada um e o resultado está aí: primeiro lugar no 1º Prêmio Parker de Jornalismo Estudantil, para jornalistas universitários, e o segundo lugar, no mesmo concurso, para veículo universitário.

TERCEIRO LUGAR PARA O 3 X 4

Com o que se disse sobre o *Objetivo*, podi-se avaliar, com orgulho, o tamanho do terceiro lugar que coube ao 3 x 4, o primo, pobre. Quem já fez ou faz nosso jornal agora no sexto número, sabe das tremendas dificuldades. Os colegas paulistas mostraram que a coisa funciona quando se tem talento, vontade de trabalhar e recursos materiais. Vamos portanto, tirar disso um estímulo para nós que ainda conseguimos milagrosamente sobreviver com algum talento, muita garra e uma incrível teimosia. Pois sabemos todos que a inveja — e isso é bíblico — é um dos sete pecados capitais. (L.C.B.)

RECADO

Uma ou duas matérias de variedades, quatro páginas de problemas relacionados com a profissão, suites de assuntos que envolvam a universidade, alguns anúncios, e temos aí um jornal-escola típico.

Não fugimos deste padrão. Ele é inevitável, quando se faz apenas um jornal-escola por semestre, quando não se dispõe de uma gráfica própria, e nem se sonha com alguma dotação orçamentária para o papel. Tentamos, apenas, fazer bem o que todos fazem.

Nossa tarefa foi facilitada pela compreensão dos professores, que não criaram nenhum problema além dos inerentes à realidade universi-

lária brasileira, atualmente. Ninguém complicou, e temos aí a edição deste semestre do 3 x 4.

Conseguimos abordar todos os assuntos que propusemos, ainda que as necessárias sutilezas da forma, e precaução nos títulos, e a visão constante de nossos limites tenham movimentado um pouco as reuniões de avaliação do trabalho.

Em assuntos que merecem cobertura dos jornais comerciais, paralelamente à nossa, conseguimos informações exclusivas, e (por que negar?) vibramos com isso como se a simples matéria com o geólogo Sandor Grehs (nesta página) fosse liquidar, de vez, toda a fauna de

repórteres-burocratas-de-jornal, que povoam as redações, em nossos dias.

Finalmente, registramos, para que conste, nossa experiência de edição coletiva. O trabalho foi conjunto, da pauta ao baixamento, e mostrou apenas vantagens, em relação ao sistema vertical utilizado em outras tentativas. Houve solidariedade, estímulo e eficiência, sem editor.

Luiz F.M. Valls

FOTO: Sílvia Costa usou sua tele de 200 milímetros, com abertura 4, velocidade 30, e filme Tri-X, de 400 asas, puxado, para conseguir esta foto, de Elis Regina, no Teatro Leopoldina.



GEÓLOGO VIU QUE O MORRO SANTANA ESTÁ TODO RACHADO

O geólogo Sandor Grehs, autor do primeiro laudo técnico que previu a ocorrência de danos irreparáveis na estrutura do morro Santana, graças às pedreiras que nele trabalham, voltou a Porto Alegre no dia 29 de maio, chamado de Brasília pela Reitoria da Universidade Federal, para avaliar a extensão dos abalos estruturais, e as futuras consequências, junto ao Observatório Astronômico da UFRGS.

Discreto como em seu primeiro relatório, Sandor não foi manchete de jornal, e sua visita ao estado durou apenas 24 horas. O suficiente, porém, para que ele tornasse a condenar a destruição do morro (quase todo ele propriedade da Universidade Federal, que em seu sópé pretende construir o novo Campus Universitário).

As pedreiras iniciaram a destruição antes de 1970 a pretexto de fornecerem material para a construção da free-way Porto Alegre-Osório. Todas operam com dinamite, e as explosões já provocaram rachaduras nas paredes do Observatório Astronômico, trazendo possivelmente alterações no funcionamento do moderno e sofisticado instrumental.

Com a entrada em vigor do novo Código de Postura do município, as pedreiras menores foram declaradas fora da lei, e sumariamente fechadas. As duas maiores, porém, que causam os danos mais graves, (foto), continuaram operando, respaldadas em concessão assinada pelo Departamento

Nacional de Estradas de Rodagem, a quem fornecem material.

As crateras abertas no morro avançam ininterruptamente: em 1970, a mais próxima do Observatório estava a 1200 metros de distância. Agora, já está a menos de 700 metros, e, com isso, o poço artesiano da UFRGS secou.

O geólogo Sandor Grehs explica este fenômeno pelo abaixamento de nível e drenagem do lençol freático (nível d'água no subsolo). Os dutos naturais da água subterrânea se dispõem naturalmente, conforme os planos de clivagem da massa granítica do morro: quando os abalos provocados pela dinamite determinaram o fissuramento do granito, o líquido dispersou-se. Numa das pedreiras, após uma detonação especial-

mente forte, jorrou água com grande pressão.

A Reitoria da Universidade vem apoiando a Prefeitura de Porto Alegre na sua luta pelo fechamento das pedreiras. Para tanto, Sandor Grehs deverá elaborar novo relatório, nos próximos dias, complementando o ofício que o Reitor encaminhará à Prefeitura, solicitando providências urgentes, para evitar o fim do morro Santana.

Enquanto as providências não chegam, um caminho-pipa da Prefeitura sobe o morro, de oito em oito dias, levando água para o Observatório. E o porto-alegrense vai perdendo sua paisagem que por mais reprimidas que sejam, as pedreiras Cetenco e Guaraporense jamais irão devolver. (U.H.) (Mais ecologia, na página 15).



Crateras da Cetenco e da Guaporense



racharam o morro é o Observatório

EXPEDIENTE

3 X 4

Órgão dos alunos do Curso de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jacinto Gomes, 540, 3º andar — Porto Alegre — RGS — Brasil.

Trabalharam nesta edição: Jaime Gargioni, Luiz Becker, Antônio Britto Filho, Eloisa Kirsch, Sérgio Mattos, Arlete Oliveira, Carlos Mosmann, Eugênio Bortolon, Udo Herner, Rejane Fernandes, Aglaé Lavoratti, Amauri Mello, Anamaria Torres, Cesar Veronese, Clóvis Malta, Fernando Goulart, Humberto Andreatta, Ilza Girardi, Isolda Quintana, Maria Lúcia Guimarães, Paulo Lara, Sílvia Ruschel, Sílvia Silva, Valter dos Santos, Vera Conceição Silva, Vera Teresa Costa, Janice do Amaral, Maria Cecília de Lamare, Nara Baptisti, Luiz F. Valls

Colaboração especial de Chyntia Peter, Christina Brentano, Julio Sortica, Afonso Lieks e Roberto D'Azevedo.

Fotos: Christina Brentano, Humberto Andreatta, Dante Efrom, Sílvia Costa e Udo Herner.

Coordenadora: Léa Caldas Brenner
Conselho Editorial: Léa Caldas Brenner, Martha Azevedo, Blázio Hickmann e Silvío G. W. Duncan
Impresso nas oficinas da Gaúcha Gráfica Editora Jornalística, Av. Ipiranga, 1075, Porto Alegre — Brasil.

COOPERATIVA VAI ABRIR UM NOVO MERCADO DE TRABALHO

A partir de 1976, Porto Alegre deverá ter mais um jornal. Este é um dos principais objetivos da Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre, fundada em agosto de 1974, numa iniciativa pioneira em todo o país. Até conseguir capital para a elaboração de um jornal semanário, a Coojornal faz house-órgãos para empresas e edita o "Jornal do Inter", dirigido a torcida do Sport Clube Internacional.

A idéia de criar uma cooperativa de jornalistas em Porto Alegre surgiu quando foi divulgada a criação de uma cooperativa semelhante em Milão, Itália. Na Itália, os cooperativados conseguiram de imediato fazer um jornal diário, cuja publicidade foi garantida por uma agência de propaganda pelo espaço de dois anos. O jornal começou com uma tiragem de 80 mil exemplares e está tirando atualmente mais de 300 mil. O sucesso foi imediato, pois os melhores profissionais passaram a colaborar com o jornal.

A partir de julho de 1974, um pequeno grupo de jornalistas de Porto Alegre passou a reunir-se à noite para estudar a possibilidade da criação de uma cooperativa semelhante. A Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre, Coojornal, foi fundada em 24.08.74, com 66 sócios. Na época, os jornalistas foram convocados através da imprensa e de avisos nos murais das redações dos diversos órgãos de imprensa da capital.

A Coojornal, como todas as cooperativas brasileiras, é regida pelas normas do Instituto de Colonização e Reforma Agrária. INCRA, porque an-

tes todas as cooperativas existentes no Brasil eram de agro-pecuária ou de consumo. A princípio houve dificuldades de adaptação destas normas aos fins propostos pela Coojornal, pois não havia precedentes, mas depois tudo foi solucionado, contando com apoio e aprovação do INCRA;

Uma semana depois de fundada a Coojornal em Porto Alegre foi fundada em Brasília a Cooperativa de Trabalho dos Jornalistas de Brasília, que desconheciam a iniciativa de Porto Alegre.

A presidência da Coojornal é exercida por José Antonio Vieira da Cunha e a vice-presidência por Luiz Cláudio Cunha. Eles não enfrentaram dificuldades na área oficial, embora a cooperativa ainda seja um tanto desconhecida.

A maior dificuldade foi para que os jornalistas entendessem que realmente se pretendia com a criação de uma cooperativa, pois alguns julgaram que seria uma cooperativa de consumo.

O objetivo principal da Coojornal, além de valorizar a profissão e ampliar o mercado de trabalho, é posteriormente editar um semanário dos jornalistas de Porto Alegre. Para chegar a este objetivo, é necessário uma grande infraestrutura, e chegou-se à conclusão de que o melhor caminho para levantar capital seria a edição de house-organs para diversas empresas.

No começo de 1975, a Coojornal absorveu a Verbo, empresa que já tinha estrutura administrativa, mas não tinha pessoal, ao contrário da cooperativa, e editava dois jornais: o Jornal do Inter, dedicado à torcida do Sport

Clube Internacional, e o jornal Surpresa, da Elevadores Sur. Posteriormente, a edição do Surpresa foi cancelada pela empresa, mas a receita do Jornal do Inter foi melhorada e ele está tendo grande aceitação.

Do Inter, mas sem compromisso

O jornal do Inter só tem o nome do Internacional, sem qualquer compromisso com a direção do clube. Não há interesse em criticar a diretoria do clube ou reforçar cisões entre a torcida, porque será circulação é dirigida para esta mesma torcida. O jornal destaca as qualidades do clube e registrado em nome da Cooperativa, sob sua inteira responsabilidade.

A edição de novembro de 1974 (o primeiro número) ganhou o prêmio ARI de reportagem esportiva com uma matéria sobre o craque "Ecurinho", antes do jornal ser incorporado pela Cooperativa. Os autores da matéria, Elmar Bones e Paulo Gérson, trabalham ainda no Jornal do Inter e continuam associados da Cooperativa.

A Coojornal tem vários projetos em andamento. Os associados humoristas ou chargistas, Guaraci Fraga, Edgar Vasques, Paulo de Tarso Riccardi e Cláudio Levitam, estão estudando a possibilidade de distribuir cartuns para os jornais do interior. O semanário começará a ser estudado a partir de agora, embora ainda estejam indefinidas tanto a linha editorial como a data em que começará a circular. Espera-se que até 1976 haja a receita necessária.

A Coojornal está editando um boletim informativo para a União de Seguros Gerais, cujo primeiro número sairá em fins de maio. Também um boletim técnico, para uma Federação das Cooperativas telebolsas sairá em maio. Um jornal especializado em propaganda, para uma agência de publicidade, estão sendo projetados.

A Coojornal, em princípio, aceita fazer house-organs para qualquer empresa idônea, e tentaria divulgar uma boa imagem daquela empresa junto ao público. Há distinção entre um jornal privado de uma empresa e um jornal comercial. Por isso, a confecção de um house-organ para determinada empresa, não impediria, que o mesmo profissional, trabalhando em jornal comercial, criticasse esta mesma firma.

A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre conta atualmente com 132 sócios que possuem, em sua maioria, duas ou mais quotas-partes do capital cada um. Há pouco foi feita uma campanha para que os sócios comprem mais quotas-partes visando ampliar o capital e viabilizar os planos de realização do jornal semanário. Para cooperativar-se é necessário apenas ser jornalista profissional, publicitário ou estudante de comunicação, assinar uma proposta de sócio, e subscrever no mínimo uma quota-parte, que custa (Cr\$ 500,00, podendo ser paga em mensalidades). A Coojornal funciona na Rua Comendador Coruja, 372 (A.M.T). (Sobre cooperativas, veja ainda páginas 8 e 9).



**Um anúncio 3x4,
de uma empresa que não tem tamanho:
APLUB**

As realizações foram tantas,
o desenvolvimento tão grande,
que poucas palavras dizem tudo:
estamos comemorando 10 anos.



ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL.

O INÍCIO, SEM APOIO, COM FERAS, NA MATA FECHADA

O colono que hoje habita o núcleo italiano - já filho ou neto dos primeiros imigrantes - fica feliz com as homenagens festivas que recebe no Centenário. Retira a fatiota escura e a camisa branca de punho amarelo manda engraxar os sapatos e procura a gravata mais alinhada, escova o chapéu de feltro e faz pose na frente do espelho: afinal, são cem anos, nunca houve uma comemoração igual. Vai a almoços, inaugurações, palestras. Ouve o hino italiano e canta o brasileiro. Depois, no churrasco um grupo folclórico relembra as velhas canções tirolesas. É um brasileiro eventualmente homenageado por sua ascendência.

O imigrante ainda vivo, já meio surdo e lamentando um princípio de asma, costas curvadas, cabelos ralos e brancos, rugas de quase cem anos na testa, também participa da festividade. Mas este sentiu no corpo a dureza do trabalho pesado para chegar até o Centenário, e sua participação nas homenagens é até um tanto reservada. Porque o velho italiano gostaria de lembrar a todos que a verdadeira história não foi tão boa.

Ele gostaria de lembrar que a euforia da partida já se havia esgotado nas primeiras horas de viagem, quando começou a perceber que, na realidade, não sabia para onde estava indo. Descer de um navio e subir para uma carroça foi apenas o princípio: depois, vieram os intermináveis dias de alojamento em barracões montados ao improviso, onde o tempo passou e os homens, mulheres e crianças nada mais fizeram do que ficar à disposição, à espera - porque não havia outra opção. Das barracas, foram levados rio acima, até um determinado ponto. Dali, teriam que seguir sozinho.

Nesse tempo, o quadro já era deprimente: crianças e velhos, debilitados pela longa viagem, não tinham mais condições de seguir adiante com as próprias pernas. A força dos mais jovens diluía-se com o peso da carga acessória. Depois de uma árvore, vinha outra árvore; e elas tinham que ser derrubadas para que o grupo pudesse seguir

caminho. Assim, começou a história da imigração.

O VALOR DA VIDA

Na realidade, são poucas as famílias de imigrantes que podem dizer que tudo correu muito bem. As que podem, não esquecem de lembrar da sorte. Porque, sem dúvida, a diferença entre o paraíso prometido e o que estavam enfrentando era grande. Da discutível comodidade dos navios, passaram a enfrentar o perigo da mata inexplorada, quando ainda existiam todas as espécies de feras selvagens. Munidos de facões e algumas armas já obsoletas, iniciaram outra batalha pela sobrevivência, porque a clareira aberta no meio da mata não lhes dava, absolutamente, condições de segurança. Em algumas oportunidades aproveitadas, de pouco adiantavam as armas, e a única solução era a fuga: tigres e javalis, que vinham em manadas e destruíam o que já estivesse construído, espalhavam o terror pelas famílias não habituadas a outra espécie de luta que não fosse pela subsistência, causando a morte de homens e animais. Ainda hoje, a memória dos velhos imigrantes quase sempre povoava com tigres e javalis os casos que ficaram pra ser contados. Muitos tiveram parentes mortos e devorados na sua frente, outros perderam irmãos, desaparecidos e nunca encontrados. Alguns só ficaram sabendo do trágico destino de seus vizinhos depois de alguém encontrar uma ossada mais adiante, na mata.

E havia a fome. Fora de seu habitat, o colono do início da imigração perdeu algum tempo até conseguir uma situação de defesa contra o ambiente suficientemente segura para que pudesse, então se preocupar com a terra. Foram meses de fome, nos quais o único alimento abundante era o pinhão que nutriu alguns milhares de pessoas. Alguns tiveram a sorte de fazer amizade com índios - como os Crippa, Speraffico e Radalli, as três primeiras famílias que chegaram ao núcleo de Nuova Vicenza, hoje Nova Milano, segundo distrito de Farroupilha. Felice, único filho vivo do imigrante Tomaso Radaelli, ainda lembra que, no início, um índio lhes conseguia caça - única

alimentação do pequeno grupo de colonos, além do pinhão que tiveram que comer durante quase sete meses. Só depois é que conseguiram se fixar com segurança, e então a alimentação passou a ser conseguida em São Sebastião do Caí, depois de uma viagem de muitos dias a pé, através da mata, outra vez.

AS ARVORES

Habitante de uma região onde as expansões territoriais eram limitadas pela distância que poderia ser percorridas a pé, os primeiros colonos estabeleceram-se naturalmente em minifúndios. Pedacos de terra que ele mesmo teria que desmatar, na floresta: as árvores começaram a cair dando lugar à plantação que forneceria o alimento e a condição básica de subsistência. E a variação de cultivo, obtida depois de algum tempo de fixação, determinou a queda de novas árvores, da mesma forma que a chegada de mais imigrantes, nos anos subseqüentes: aos poucos, foram sendo abertas as trilhas que serviriam de comunicação entre as famílias, as estradas que permitiriam a passagem das carroças e o transporte da colheita. As matas se transformavam em tábuas e lenha para a construção de casas e a manutenção das oficinas.

Involuntariamente, sem dúvida, o colono - não só o italiano, agora, mas também o alemão - foi o primeiro agente do desmatamento. Esta consequência seria plenamente previsível, se na época já existisse a preocupação ecológica. Mas não existia, e não se pensava que pouco mais de cem anos mais tarde essas mesmas árvores fariam falta. O imigrante, hoje, fala com orgulho do trabalho imenso que teve, no princípio do século, para derrubar as imensas árvores - tinha talvez, apenas um facão como instrumento. Na realidade, depois que ele chegou o desaparecimento das matas foi gradativo, dentro da derrubada progressiva.

Em cima de tudo isso, fez-se uma história. Uma história que, certamente, deve ser narrada em todos os seus capítulos, e não só naqueles marcados pelo progresso. (H.A.)



Foto de Christina Brentano

Hoje, polenta com arroz e feijão

Levou muito tempo até que conseguissem viver em um sistema semelhante ao da Itália. Para comer, só tinham pinhão; para rezar, quando muito, um terço; as canções só eram lembradas pelo tom de suas vozes, e o vinho ainda nem era fabricado. Somente uma coisa, naquele tempo, conseguia ser melhor do que no Veneto, Lombardia, Toscana ou Trentino: havia terra à vontade, mesmo pagando por ela.

Agora, os descendentes dos italianos, plantam uva e fazem vinho, criam galinhas para comer com polenta e radiche, têm capelas e acompanhamento para cantar. Mas a vontade já não é a mesma. Junto com a polenta, comem feijão com arroz, e, apesar das estradas terem substituído as picadas, deixaram de lado o relacionamento antigo, como vizinhos ou mesmo amigos.

Principalmente nas zonas urbanas dos municípios colonizados por italianos, os costumes sofreram modificações radicais. Talvez esteja acontecendo o fenômeno que explicado pelo prefeito de Flores da Cunha, não passa "desta juventude de hoje, que não respeita mais nada".

Mas esta "falta de respeito" por costumes e tradições, não é uma atitude tão recente. Gradativamente, muita coisa foi perdendo sua importância, e até mesmo a assimilação do português - mal vista nos primeiros tempos - é agora um fato comum. Apenas pessoas mais velhas, que conviveram com os imigrantes, fazem questão de preservar a língua e todos os costumes, principalmente nas colônias, mas também elas estão desaparecendo.

Com o tempo os valores mudaram, e seu "engajamento" no novo sistema vem se acelerando

pelo menos desde o final da Segunda Guerra. Foi uma contingência que não pode ser desprezada, uma influência que não pode ser posta de lado. A aprendizagem do português foi a solução para conseguir comercializar seus produtos fora da colônia; a religião perdeu grande parte de sua importância para os italianos como para qualquer outra pessoa, independente de origem ou descendência; o esquecimento das canções foi decorrência do contato com outras culturas. Talvez só o vinho tenha permanecido como uma constante. Mas só porque, para eles, é mais barato e prático do que qualquer outra bebida.

Talvez seja um erro de cem anos, pegar toda uma cultura de colonização. Mas, na verdade, é o que está acontecendo nas cidades ditas "tipicamente italianas". E não é uma negação unicamente dos mais moços, porque até mesmo a língua - a mistura de dialetos - é esquecida pelos mais velhos, principalmente nos contatos sociais.

Nestas ocasiões, o italiano parece coisa de "grosso", de "colono".

Como as mãos duras e ásperas: isto são coisas que deveriam ter ficado lá fora, nas "linhas" ou "travessões", sem acompanhá-los até dentro da cidade.

Muitos chegam a negar sua condição de antigos colonos (isto só não aconteceu nos dias de comemoração do Centenário da Imigração Italiana. Alguns simplesmente esqueceram os primeiros anos: a falta de escolas, que se hoje não são abundantes, pelo menos existem: capelas para poderem rezar ao santo de devoção; do material para arar a terra e plantar; do dinheiro para pagar um lote e o excesso de promessas, que só depois de algum tempo puderam ser compreendidas. (C.B.).





A abolição era um fato inevitável:
o imigrante veio substituir o negro



A política governamental, que sempre oscilava entre dois polos — criar núcleos coloniais que pudessem suprir o país de culturas de subsistência, ou obter mão de obra para a lavoura cafeeira — foi um dos diversos fatores que dificultaram a imigração estrangeira para o Brasil. Quando o ministério representava os grandes proprietários (o que era comum), predominava a política cafeeira, tentando obter mão de obra, porque o tráfico negreiro já havia sido extinto e a abolição era considerada um fato inevitável.

Além disso, a imigração para o Brasil deveria ser subvencionada, porque nenhum estrangeiro procuraria espontaneamente o país, sabendo que as condições socioeconômicas eram as piores possíveis. Os que abandonavam a Europa dirigiam-se para os Estados Unidos ou o Canadá, a passagem para lá custava um terço do que gastavam par vir à América do Sul, e se oferecia melhor padrão de vida, fácil acesso às propriedades, liberdade de culto e um clima semelhante ao do país de origem. No Brasil, nada dist acontecia, e ainda havia o problema religioso: quem não casasse pela Igreja Católica, por exemplo não tinha seu casamento reconhecido, e seus filhos eram considerados ilegítimos.

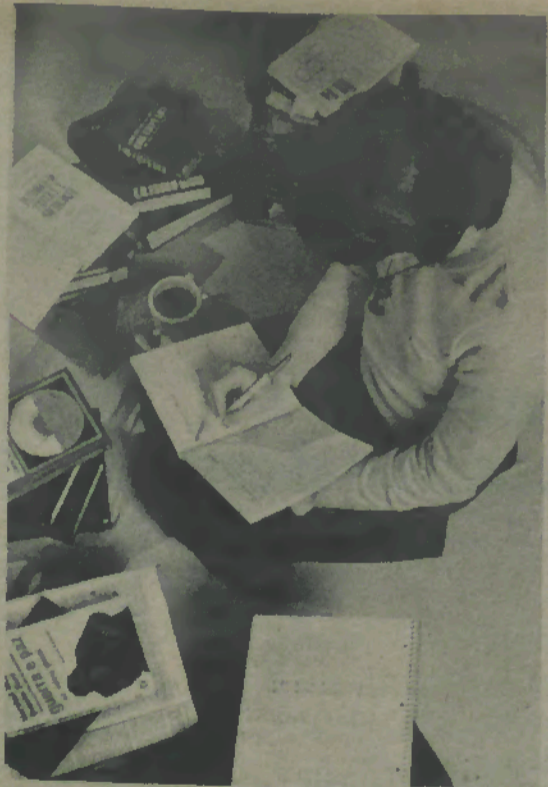
Nas primeiras tentativas de colonização, surgiu um grave problema que repercutiu desfavoravelmente na Europa e contribuiu para que a imagem do Brasil se tornasse ainda mais negativa em relação ao problema migratório. Os colonos que eram dirigidos às fazendas, trabalhavam lado a lado com os escravos. E eram tratados pelos proprietários rurais da mesma forma. Os imigrantes recorreram às suas embaixadas e, depois de um inquérito, chegou-se a conclusão que os fazendeiros não haviam entendido ainda o significado da imigração. Alguns países chegaram a proibir a imigração para o Brasil.

A imagem do país foi ainda mais distorcida, pelas promessas feitas, que os colonos e recrutados na Europa nunca viram cumpridas: alimento farto por seis meses, material para a exploração da terra, igreja, escolas e cidades já concluídas.

Com essas variantes da política brasileira, a vinda das primeiras levas de imigrantes foi tentada dentro do sistema da pequena propriedade, (com resultados satisfatórios), pelo primeiro governo imperial, com alemães e suíços. Já em 1824 chegavam ao Rio Grande do Sul os primeiros imigrantes alemães que, juntamente com os italianos, formariam a base da imigração no Brasil.


Com a abolição da escravidão, intensificou-se a vinda de estrangeiros e, até 1898, São Paulo recebeu cerca de 800 mil imigrantes, quase todos eles italianos; para o trabalho nas lavouras. O Rio Grande do Sul, tinha, até o fim do século, cerca de 70 mil imigrantes italianos, dentro da política da pequena propriedade.

A euforia de desenvolvimento material, industrial, mecânica e científico, espalhada pelo mundo no final do século passado, coincidiu com a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil. Eles trouxeram em sua bagagem, além da ambição, uma inclinação para as artes, ofícios e maquinários em geral. Começaram na lavoura, para a qual tinham vindo, mas viviam modernamente — acumulando as pequenas economias em anos sucessivos — e aos poucos foram se transformando, de assalariados das grandes fazendas e proprietários de terras, substituindo as famílias tradicionais de São Paulo. No sul, de sua colônia e da atividade artesanal doméstica ou local, foram transformando pequenas oficinas, ferrarias, funilarias, ou moinhos movidos a água, em gigantescas indústrias. (C.B.)



A SULINA TEM UMA FILHA NA PUC

A Livraria Sulina - Matriz - tem uma filial na "Cidade da PUC". Livros e tudo o mais que você precisa estão lá, ao alcance da sua mão e do seu bolso. A Sulina quer ver felizes todos os filhos da Pontifícia Universidade Católica.

 **LIVRARIA SULINA**

Av. Borges de Medeiros, 1030/1036 Caixa Postal, 357 - Fone: 25-02-87
Porto Alegre - RS



crédito na hora



MARINHA
MAGAZINE

SÃO PEDRO, 622. QUASE 500. FARRAPÓS

ONDE TODOS GOSTAM DE COMPRAR



O Real está próximo de seus olhos e se esforçando para ficar sempre dentro do seu coração.

Quando você chegar a um Supermercado Real, vá entrando. A casa é sua. Você vai encontrar funcionários simpáticos, sorridentes, prestativos. Organização e limpeza em cada gôndola por onde você passa: Variedade infinita de produtos. Qualidade indiscutível.

Um gerente sempre pronto a solucionar qualquer problema ou esclarecer qualquer dúvida. Rapidez de funcionamento das caixas registradoras.

Empacotadores com suficiente conhecimento para não colocarem batatas, por exemplo, por cima da manteiga. Legumes sempre frescos. Carne selecionada. Frutas cuidadosamente acondicionadas. E uma rede de 40 lojas no Estado. Tudo com o objetivo de atendê-lo como você merece.

Você acha que é muita perfeição? Concordamos que ainda não atingimos o nível desejado. Mas, estamos nos esforçando. Acreditamos que quem é o maior tem quase o dever de ser o melhor. É exatamente o que estamos tentando fazer. Para conquistar definitivamente o seu coração.


REAL
SUPERMERCADOS

Quem entende você, atende melhor.



Silvia Costa



Bahia + irreverência + João Gilberto + Londres = Caetano

Amante dos Beatles, do rock tradicional e do jazz, Caetano Veloso fez de João Gilberto seu guia musical. Ainda não aprendeu a defini-lo, teria que divagar horas até exteriorizar o que sente por "mestre João". Não arrisca palpites por não se considerar um gênio a ponto de exaltá-lo numa só frase.

Amante da Bahia, de seu pai e de seu filho, Caetano criou um mito e não sabe mais como conservá-lo.

Entre 1964 e 1965, introduziu-se no meio artístico pela televisão, ganhando todos os prêmios no programa "Esta Noite se Improvisa" animado por Blota Jr. Chico Buarque de Holanda, muitas vezes ficou devendo a Caetano no programa Quem era aquele baiano feio mas afinado, que mal ouvia "A Palavra é..." e se atirava ao microfone, muitas vezes misturando letras e músicas, quando não improvisava letras para músicas conhecidas? Quem conhecia Caetano Veloso?

Nascia artisticamente para o Brasil, um importante valor musical, que dois anos mais tarde introduziria novos conceitos e preconceitos na música popular brasileira.

Ainda em 1964 fizera algo completamente diferente em termos de show, apresentando-se junto com Gilberto Gil, Gal Costa, Maria Bethânia e outros artistas, ao ar livre na cidade de Salvador. Isto chamou a atenção dos baianos pela espontaneidade. "Nós por exemplo", muito descontraído foi a primeira aparição de Caetano em público.

Quando, em 1967, Caetano subiu ao palco acompanhado pelo conjunto pop Beat Boys, com suas guitarras elétricas, para executar Alegria-Alegria, houve quem contestasse. Era a primeira vez que se introduziam sons eletrônicos na música popular brasileira. Aplaudido de pé, Caetano sentiu a consagração e Alegria-Alegria foi cantada pelo Brasil inteiro. Começava o Tropicalismo, movimento de inúmeras polêmicas. Criado comercialmente para ser consumido ou criado por existir realmente "uma necessidade interna" como afirma Caetano? Necessidade interna ou comercial, a verdade é que seu LP Tropicalia estourou nas paradas de sucesso e nasceram os longos cabelos encaracolados, a irreverência, a procura do primitivismo indígena, a tão falada "volta

as origens". Caetano não estourou só. Levou consigo Gil, Gal, Bethânia, todos de indiscutíveis valores e todos se identificando naquele "regresso às raízes".

A Bahia volta a ser o centro das atenções e considerações. Tudo o que é baiano é bom. A exaltação vai da comida a seus artistas. Todos os valores novos, para serem bons, tinham que ter, pelo menos, uma tia baiana. A Terra de São Salvador passou a ser mais do que nunca considerada como o único vestígio autenticamente brasileiro. O próprio Caetano havia abandonado a Faculdade de Filosofia para ser artista. Pintura, desenho, cinema, teatro, qualquer coisa servia, mas caiu na música.

Mas o tropicalismo não resistiu muito: Londres seria o próximo capítulo, com as injustiças de 1968. Era preciso explorar o mercado. Caetano enfatiza que a "Fase Londres" foi a mais importante de sua carreira, pois no estrangeiro conseguiu a desinibição total de sua música. Nada o perdia ou pressionava. Realmente, Londres foi importante. O autêntico baiano, amante de seus candobles, estava compondo em inglês. A volta ao "primitivismo indígena" não dera certo, ou se esgotara. Agora, música estrangeira, de compositor da música popular brasileira, estoura nas paradas, como London-London e Beta-Betania.

Na volta, a fase romântica

Londres foi aceito e deglutido satisfatoriamente, mas a volta era um detalhe importante e inevitável. O inventor de Tropicalia espantosamente trouxe músicas belíssimas para sua nova fase, a fase romântica de Caetano. Músicas calmas, regravações de poemas da MPB. A suavidade predominava, voltava a ser consumido, desta vez mais freneticamente que nunca. Suas marchinhas de carnaval foram e ainda são cantadas em todos os salões de festa brasileiros.

Em 1972, o Brasil inteiro esperou o filho de Caetano Veloso. Qual das baianas seria a madrinha, Gal ou Bethânia? O mito dá entrevista, "curte demais" a mulher e depois o filho. Nós aplaudimos, ainda.

Mesmo assim Caetano perdia

terreno e partia para a agressão em sua própria Bahia querida. Discutia com o público, gritava, gesticulava muito, causava impacto e revolta e se retirava do palco sem fazer música. Mais shows. Os grandes centros do país viram Caetano gemer no palco, rolar no chão, enrolar os cabelos com as pontas dos dedos e não cantar quase nada. Seu cachê era um dos mais altos do país e os empresários brasileiros faziam fila para contratá-lo.

Com 32 de idade e dez de sucesso, Caetano Veloso parou agora. Não agride, não fala e não canta. Esta é a nova fase, talvez se possa chamá-la "fase de apatia". Ele faz questão de afirmar que não tem preocupação de criar, modificar ou conservar uma imagem. Mas o que o público quer além da imagem, é um pouco de respeito quando paga para assistir ao show de um mito. Talvez Caetano Veloso não queira saber que

está se deteriorando artisticamente quando sobe num palco para gemer na frente de um microfone, dizer que não pode cantar Alegria-Alegria porque não lembra mais a letra, e improvisar muito mal, bem diferente daquele mestre improvisador da "A Palavra é...".

Dois recentes LPs, Jóia e Qualquer Coisa, criados e gravados num estúdio durante dois meses, só na base do improvisado, compondo sem pensar ou tentar dizer coisa com coisa.

A apatia musical é o resultado da instabilidade musical de Caetano, um excelente músico e letrista. Por que? Ele mesmo confessa que não pensa mais, e não quer pensar mais, nas suas músicas. O que fica para o público é o Caetano Mito, na esperança de que surja uma nova fase, talvez, mais posicionada e mais duradoura. (A.L.)

O SHOW NO GIGANTINHO

Em 1972, Caetano Veloso se apresentou em Porto Alegre, cantando no Auditório Araújo Vianna. Depois disso, no dia primeiro deste mês, ele voltou, desta vez para o Gigantinho. Mas voltou diferente de 1972.

Caetano Veloso queria no Gigantinho um público um pouco mais comportado, que o ouvisse, curtindo, mas em silêncio. Caetano poderia saber que pelo menos a metade do público não aceitava isto. Os que queriam participar e protestaram. Caetano, por experiência anteriores, deveria esperar por isso. Ele era um líder, criou o Tropicalismo, formou seu público e mudou. Mudou sem dar atenção a este público ou pretendendo que ele se transformasse junto o que não aconteceu. Sua música tinha algo de preocupação e "agora é completamente descomprometida" como ele mesmo diz. Caetano afirma que não ter problemas com censura, que não se preocupa com isto e que talvez nunca a censura o tenha atrapalhado.

A entrada de Caetano no palco improvisado do Gigantinho lembrou sua fase festiva. Com o violão erguido numa mão, chegou perto do público, o mais que o tablado de madeira lhe permitiu. Com a outra mão respondeu aos que o recebiam de pé, gritando e aplaudindo. "Coração Vagabundo" foi ouvido em silêncio. A primeira manifestação hostil

do público veio com "Esse Cara", quando Caetano cantou "eu sou apenas uma mulher...", como em todos seus shows. Como em todos os shows, foi gozado com gritos irreverentes. O primeiro protesto.

Caetano bebeu Pepsi-Cola, cantou em inglês e tentou fazer silabação. Então, se ensaiaram as vaia. Elas só não estouraram porque Caetano foi prontamente defendido pelo público que acompanhou sua mudança e estava disposto a ouvir quieto o seu idolo. Caetano sentiu as vaia.

Mas o público teve pelos menos uma chance de participar como queria. Foi em "Felicidade", de Lupicínio Rodrigues. Pela primeira vez, Caetano permitiu a participação, deixando o público cantar junto. E foi muito aplaudido por isto. Pediram que ele cantasse então, "Alegria, Alegria". Isto parece que contrariou Caetano, que respondeu que não iria cantar, pois não sabia a letra. Não lembrava.

Caetano tentou dedilhar "Alegria, Alegria", se atrapalhou também, "não lembrava". Atrás do palco, o empresário Roberto Santana apressava a entrada de Gal, que acabou demorando. Caetano saiu apressado e o público pediu que ficasse. Voltou depois, quando Milton Nascimento apareceu inesperadamente e transformou o show numa festa, pulando com Caetano e Gal em frente a quase 10 mil pessoas. (A.L.)

CONFERÊNCIA DEFINE COMO LUTAR PELA PROFISSÃO

3 X 4 — Apesar da profissão de jornalista ter sido regulamentada por decreto em 1969, com exercício reservado para os bacharéis em comunicação, o ensino de nível médio está formando estudantes chamados de "redatores auxiliares". Até onde estes redatores poderão exercer a profissão, concorrendo com jornalistas de nível universitário?

JS — Uma resolução do Conselho Federal de Educação criou estes cursos de redatores auxiliares, no ensino profissionalizante. No ano passado, a Supervisão Técnica da Secretaria de Educação e Cultura buscou informações, junto ao sindicato, sobre como conseguir estágios para estes alunos. Já no contato preliminar, mostrei a eles que o exercício do jornalismo exigia formação universitária, e, portanto, a resolução do CFE era até ilegal, porque contrariava o decreto 912, que regulamentou a profissão, e a legislação seguinte. Em ofício enviado em maio de 1974, o sindicato reafirmou esta posição, e esclarecemos que (salvo as exceções previstas no decreto 912, como cinegrafistas, fotógrafos, diagramadores, ilustradores e o provisionado) o registro como jornalista só pode ser obtido mediante apresentação do diploma de bacharel ou certificado de conclusão do curso. Isso foi em maio de 1974. Agora, os alunos do segundo grau estão em vias de formatura, e a SEC deve continuar com o mesmo problema de estágio.

3 X 4 — A resolução do Conselho Federal de Educação prevê o estágio como condição para formatura do redator auxiliar?

JS — Prevê o estágio, porque este ensino é profissionalizante. Agora, há uns dois meses, eu estava no jornal e fui procurado por um representante da diretoria do Colégio Inácio Montanha. Ela procurava vagas para estagiários, como redatores auxiliares, de nível médio, nos jornais de Porto Alegre. Eu ponderei a ela o que já havia dito à Supervisão Técnica da SEC. O estágio, na nossa opinião, era ilegal, e, no que dependesse de nós, faríamos tudo para que ele não se concretizasse. Estávamos preocupados em assegurar estágios para os estudantes de comunicação, aqueles que estão recebendo formação universitária. Mas a nossa preocupação vai além, porque este problema deve existir no Brasil inteiro. Levantamos isso na última reunião da diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas, no dia 12 de maio, em São Paulo, e serviu como um alerta. O pessoal de São Paulo já tinha alguma informação a respeito, mas nos outros estados ninguém sabia de nada. Então, eles levaram subsídios por nós fornecidos, e iam ver qual a extensão do problema em seus estados. Aqui, apesar do problema ter surgido, foi de forma incipiente, e, como a nossa opinião foi contrária, e por outro lado, é uma resolução do CFE, a coisa ficou como estava. Nenhuma decisão foi tomada para reformular o tal ensino e nada foi feito para conseguir ou não os tais estágios. Na conferência, nós vamos apresentar uma tese, ou um projeto de resolução, analisando o problema, apontando as falhas, e o erro desta resolução, até onde ela interfere em nossa área de atividade. A partir daí, vamos reivindicar junto ao MEC um reexame do problema.

3 X 4 — E nos estados que ainda não têm faculdade de comunicação, os redatores auxiliares não poderão trabalhar em jornal?

JS — Ali nós calmos num outro ponto do temário da conferência, que é a questão do provisionado. Os decretos que regulamentaram a profissão em 1969, mantiveram a figura do provisionado, a chamada lei dos dois terços. A empresa que comprovasse ter em seus quadros, dois jornalistas, podia provisionar um terceiro. Depois, a lei foi um pouquinho aperfeiçoada, e passou a se exigir que os jornalistas fossem bacharéis em comunicação, formados após 1969. Mas o provisionado, então recebe um registro no Ministério do Trabalho, onde diz "jornalista provisionado". E a lei não estabelece se esta situação continua existindo quando o cara troca de empresa, ou mesmo de unidade da federação. De qualquer maneira, as escolas de comunicação formam um número sempre crescente de bacharéis, o mercado caminha até para uma certa saturação, um aviltamento de salário. Então porque se permitir a figura do provisionado? Nos estados que ainda não têm escolas, sim, o provisionado poderia continuar existindo, mesmo assim limitado a aquele estado, e até que se instale uma faculdade de jornalismo.

3 X 4 — Nestes estados não seria mais considerada a proporção de dois terços?

JS — Nos estados que não tenham ainda



Formação de redatores de nível médio é ilegal, pois o exercício da profissão exige formação universitária. Um problema para o Ministério da Educação e Cultura resolver.

escola, não. Mas nos outros estados, simplesmente deixaria de existir a figura do provisionado.

3 X 4 — Quantos estados ainda não têm escolas de comunicação?

JS — Santa Catarina, Piauí e Pará são os que têm maiores problemas, porque, de um lado, não tem escolas de jornalismo, e de outro, possuem jornais até bem antigos, de alguma tradição. Como não tem escolas, torna-se difícil estabelecer até a proporção dos dois terços.

3 X 4 — Outras profissões regulamentadas, como engenharia, medicina e arquitetura, vêm a ser especialmente bem remuneradas em estados que não têm escolas desta áreas.



Primeiro decreto deixou vagas para colaboradores, bolsista, estagiários e provisionados. Mas, com o número de bacharés que se formam, não há porque manter estas exceções.

Por que abrir exceção para o jornalista?

JS — Ali deve-se levar em conta que a nossa regulamentação tem apenas seis anos, o que é bem diferente das outras profissões regulamentadas. E no caso da regulamentação do advogado, por exemplo, ainda é possível existir advogado provisionado. Mas as dificuldades impostas para isso são de tal ordem, que o cara que quiser ser advogado vai terminar cursando a faculdade. E este tipo de exigência é que eu acho que a gente deve fazer, para o provisionado em jornalismo. Ali, quem quiser mesmo exercer a profissão vai para a faculdade, quem não quiser procura outro emprego.

3 X 4 — A regulamentação da profissão prevê ainda outra figura sinistra: a do colaborador.

JS — É outro problema muito sério, que vamos discutir na conferência. Quem é o colaborador? A Lei não define muito bem, e então esta figura tem sido usada da forma mais genérica possível. Tanto hoje pode ser um médico que escreve especificamente sobre medicina, como amanhã poderá escrever sobre literatura, e, se a gente se descuidar, estará analisando a guerra do Vietnam. Nossa idéia básica é que o colaborador deve continuar existindo, mas apenas em áreas eminentemente técnicas. Se um jornal precisar de alguém para escrever eventualmente sobre câncer, e tiver um cancerologista que saiba escrever, pode contratá-lo como colaborador. Mas não poderá escrever sobre outro assunto.

3 X 4 — O "eventualmente" deve inclusive determinar o vínculo empregatício?

JS — É, ele poderia ser contratado como "free-lancer", ou, no caso de uma coluna periódica sobre medicina, por exemplo, ser contratado como colaborador. Mas o importante é definir as áreas em que ele poderá atuar, para evitar que a figura do colaborador continue a ser uma porta aberta a todos os não-bacharéis, que dão palpites sobre tudo.

3 X 4 — Também o estágio profissional, como é previsto atualmente, ajuda a aviltar o

salário. Como mudar isto?

JS — O decreto 972 prevê o estágio não inferior a 12 meses. Então, é comum o estudante, que trabalha, receber um salário inferior, porque "ainda não pode ser efetivado, é um estagiário". Além disso, o estagiário só vale nos 12 meses do sétimo e do oitavo semestres. Por isso, deve-se acabar com o estágio profissional de 12 meses, mantendo apenas o estágio curricular, e, para tanto, a faculdade deve estar aparelhada. Elas devem oferecer estágio a seus alunos, para que eles não tenham que se submeter, obrigatoriamente, ao estágio de 12 meses em jornal, que é um elemento usado, constantemente, para aviltar o salário. O fim do estágio profissional conduzirá em dois sentidos: primeiro, começará a forçar a escola a se aparelhar melhor, oferecendo um estágio mais sólido, com mais recursos, no currículo, e, segundo, dará a perspectiva de melhor salário para o estudante que trabalha paralelamente às aulas.

3 X 4 — Os quatro anos de escola, sem estágio profissional, não dão registro de jornalista para ninguém, então?

JS — Não, não dão, porque é preciso ficar como jornalista-estagiário durante 12 meses, trabalhando. E isso é um absurdo, porque, ou o cara se formou porque tinha condições para tanto, ou não. Mesmo com o diploma na mão, ninguém ganha registro definitivo antes do ano gasto como estagiário. E isso poderia ser evitado com um estágio curricular, que faculdades como o direito, a arquitetura, mantem. Na medicina, por exemplo, o aluno tem a residência de um ou dois anos, por exemplo. O bacharelado de direito fica um ano como solicitador, tem que acompanhar um processo, dentro do currículo.

3 X 4 — Ainda em relação aos alunos que trabalham, e como trabalham: os bolsistas não são um problema exigindo solução?

JS — A portaria 1002, do Ministério do Trabalho, criou o problema, apesar de seu espírito ser outro. Ela pretendia ajudar na formação do estudante: teoricamente, o bolsista seria um estudante que trabalhasse o mínimo indispensável, para não atrapalhar os estudos, e reforçar sua formação teórica e prática. Porém, o tipo de remuneração é uma bolsa, e não há nenhuma obrigação social por parte da empresa, nem recolhimento do INPS, nem Fundo de Garantia, férias nada. E isto estimulou algumas empresas a preencherem seus quadros funcionais com bolsistas, em lugar de empregados. O bolsista sai infinitamente mais barato, porque até o salário é bem mais baixo. Mas a portaria 1002 é importante, apesar de criar problemas, porque permite que o estudante do primeiro ao sexto semestre já trabalhe.

3 X 4 — Este estudante deveria ser basicamente um aprendiz?

JS — Exatamente, teria que ser um aprendiz, e não um profissional no exercício da atividade. Além disso, acho que é preciso estabelecer uma proporção entre o número de bolsistas e o de empregados. Para evitar que, de repente, se esteja fazendo um jornal apenas com bolsistas, pois não há nenhuma proporcionalidade determinada.

3 X 4 — As falhas da lei por enquanto permitem que se faça um jornal com muitas bolsistas, vários estagiários, meia dúzia de

Na PUC, mais contato com os estudantes

A Conferência Nacional de Jornalistas é, no mínimo, um encontro de dirigentes de sindicatos profissionais de todo o país. Difere do Congresso Nacional de Jornalistas no número de delegados com direito a voto. Enquanto, na conferência, os participantes compõem delegações por estado, (e o número de votos, portanto, não passa de 20), no congresso os delegados podem ser eleitos até a nível de redação de jornal, multiplicando várias vezes o número de membros com direito a voto.

Nesta X Conferência, de 18 a 21 de junho, aqui em Porto Alegre, a delegação do Rio Grande do Sul, por exemplo, pela situação de estado-sede, poderá reunir até 50 ou 60 delegados, mas continuará tendo direito a apenas um voto.

Quando organizou a Conferência, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre evitou o caráter mais festivo e social da reunião. "Pretendemos um encontro basicamente de trabalho, eficiente e produtivo", explica João de Souza. "Por isso, não vamos gastar tempo em almoços e jantares festivos".

A Conferência inicia com uma sessão preparatória, na tarde do dia 18, para apresentação de credenciais, pré-discussão do regimento interno, e elaboração da ordem do dia.

As manhãs, os inícios e os fins de tarde dos dias 19 e 20 serão ocupados por reuniões de comissões, que estudarão os temas propostos na ordem do dia. Todas as tardes haverá ainda sessão plenária.

"O almoço do pessoal será na própria PUC, já que a Conferência será realizada no auditório da Famescos. Com isso, conseguimos duas coisas: não se perderão tempo em viagens inúteis até o centro, para almoços sociais, e será criada uma proximidade até física com os estudantes de Comunicação, que deverão colaborar na discussão do problema da reforma do currículo das Escolas de Jornalismo".

O próprio Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre se encarrega da hospedagem dos delegados à Conferência (frês de cada entidade convidada, mais o representante junto à Federação Nacional de Jornalistas, que deverá participar da reunião do Conselho de Representantes, paralelamente à Conferência).

Na sessão plenária do dia 21, os projetos de resolução serão votados, para posterior encaminhamento às autoridades responsáveis.

Faculdade não ensina a escrever para jornal

3 x 4 — Como vai ser colocada na Conferência Nacional dos Jornalistas a questão da reforma do currículo das escolas de Comunicação? Deve-se reforçar o quê?

JS — No Congresso de Recife, em 1974, havia duas tendências: uma pedia um curso mais voltado para a formação teórica do profissional. Outra, pedia um caráter mais prático para o curso, mais aulas práticas. O pessoal terminou entendendo que os alunos precisam de mais teoria, mas teoria da prática. Eu mesmo vejo que o pessoal hoje chega aos jornais sem saber escrever, o que é falha da formação secundária, e principalmente sem saber escrever para jornal, por deficiência das aulas de Técnica de Jornal. Além disso, há problema do estágio curricular ser muito fraco ou inexistente, e os alunos não chegam a pegar a vivência, a prática de redação de jornal.

3 x 4 — E Terminam indo buscar a calandra na oficina? JS — É, aí então ele se surpreende quando pedem "me apanha a calandra lá embaixo, pede pro Fulano". E ele vai realmente, porque sai da escola sem saber nem o que é calandra. As vezes, a escola não tem quem dê diagramação, por exemplo.

3 x 4 — A Reforma Universitária voltou as faculdades em geral para as necessidades do mercado de trabalho já existente. Agora, os estudantes querem outras matérias, como política, economia, como subsídios para a atividade profissional. Isso basta?

JS — O que se pede é que o curso ensine a técnica do jornalismo, porque sem isso o estudante não vai nem poder trabalhar as informações que recebe como subsídios. O bacharel de hoje precisa saber coisas como medida de título, corpo, e fases da oficina. Se não, o trabalho dele se esgota entre a fonte e a lauda. E deve ir mais além.

3 x 4 — Com o progresso dos chamados meios eletrônicos de comunicação, pode-se dizer que os cursos ficaram ultrapassados?

JS — Os jornais e revistas de hoje tendem a se modificarem, em função da concorrência da televisão. O jornal, hoje mais do que nunca, se vê obrigado a, no dia seguinte, dar muito mais, e até sob outra forma, do que a televisão deu na noite anterior. A partir daí, então, entra aquela história do texto muito mais completo, de interpretação, com um pouco de informação histórica. Por isso se exige uma reformulação no próprio currículo, e se parte não só das falhas do curso, da faculdade, mas da situação nova que passamos a viver. O profissional tem que se preparar muito melhor para fazer este tipo de informação. Se ele não estiver preparado, vai passar um ano, ou dois, dentro do jornal, até ser um profissional em condições de oferecer este tipo de contribuição. Hoje o jornal passa a exigir do profissional uma formação muito mais especializada, de um lado, e muito mais completa, no plano teórico, de outro.

3 x 4 — Esta especialização pode ser conseguida com o desdobramento do curso em vários outros, como por exemplo, jornalismo gráfico, áudio-visual, propaganda, relações-públicas e turismo (este é o projeto da UFRGS)?

JS — O risco aí é a setorialização. Talvez o caminho fosse a especialização depois da formação, para não diplomar profissionais refeitos a uma área específica de atuação, porque isto limitaria a perspectiva de atuar no mercado de trabalho. O melhor seria a fazer a especialização em cursos de pós-graduação, por exemplo.

Até estudantes de nível médio querem concorrer com os jornalistas formados em universidades. Por isso, a Xª Conferência Nacional de Jornalistas (de 18 a 21 deste mês), vai rever todos os problemas da profissão.

João Souza, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, organizou "uma reunião realmente de trabalho", que vai discutir, ainda, a liberdade de imprensa. Entrevista a Luiz Valls e Rejane Fernandes.



nalistas e três provisionados, então?

— E possível. Tudo isto depende de se gar esta legislação, que está parecendo a colcha de retalhos, cheia de falhas, tirar a experiência dos últimos anos de aplicação, (que já permite chegar a algumas conclusões sobre o que está certo e o que está errado), e tentar corrigi-la, reformulando a

3 x 4 — Na reformulação da lei, pretende-se incluir ainda a questão do direito autoral do jornalista, que até agora foi esquecido?

— Este é outro problema, que vem crescendo na medida em que os próprios meios de comunicação aumentam e se consolidam. Como os grandes jornais vêm constituindoências noticiosas, de repente há um repórter, ou um fotógrafo, trabalhando para o jornal inteiro. O jornal coloca a matéria no circuito da agência, e quem trabalha nos grandes jornais termina abrindo mão de uma remuneração complementar que deveria receber, pela veiculação da informação por um veículo, em mais de um veículo. Pelo critério correto, o sujeito deveria receber uma remuneração normal, e mais um percentual por tantas quantas fossem as reproduções da matéria em outros veículos.

3 x 4 — Mas como seria esta fiscalização? No princípio, é difícil:

— Seria um problema similar ao do direito autoral do músico, claro que sempre escapa uma coisa, mas será muito melhor que não receber nada, como agora. Não há nenhum controle, não há sequer uma norma determinando o que se deve pagar, e o que não. Só há casos excepcionais, como alguns músicos por aí, mas mesmo assim eles assinam contratos financeiramente tímidos. Em alguns casos, são casos de coluna assinada de caráter permanente, e seria antiético demais simplesmente vender sem ter o nome do "sim" do autor. E o "sim" do autor normalmente custa algum dinheiro. Quando é matéria comum, feita hoje por um repórter, fica mais fácil para as empresas.

3 x 4 — Como as agências reagem quando se

fala em cobrar direito autoral de suas matérias?

JS — No Rio e São Paulo, elas estão discutindo. Porque este assunto passou a ser muito discutido depois da criação, há um ano, da Cooperativa dos Jornalistas de Brasília. Brasília é a capital, um centro de atividade política, e por isso, pelo menos nesta área o pessoal começou a sentir muito mais o problema. Formaram, então, uma cooperativa, com o objetivo básico da compra e venda dos direitos de matérias produzidas por seus associados. Quando um cooperativado cobre o Itamarati, por exemplo, e faz uma matéria com o chanceler, por exemplo entrega uma cópia, para a cooperativa, e o original para o jornal onde trabalha. A cooperativa, então, comunica à empresa que tem um sinal de reserva de direitos, e passa a comercializar e reprodução da matéria, em qualquer outro jornal.

3 x 4 — Por isso os grandes jornais quiseram demitir os empregados que se cooperativaram em Brasília?

JS — É, mas não deu. O exercício do mandato em cooperativa profissional dá imunidade sindical ao empregado, e ele não pode ser demitido. Por isso, os empregados do Estado de São Paulo e do Jornal do Brasil ocupam as cento e poucas diretorias criadas na cooperativa de Brasília.

3 x 4 — Mesmo a cooperativa não é uma solução, pois é igualmente uma agência?

JS — Não é uma solução, não. Sobre o direito autoral do jornalista, nós estamos elaborando outro estudo, e pretendemos que o Ministério do Trabalho parta dele, no exame do problema. É um desdobramento, uma atualização de tese aprovada no Congresso Nacional de Jornalistas em São Paulo, em 1972, que foi encaminhada ao Ministério do Trabalho, e terminou morrendo numa gaveta.

3 x 4 — E como evitar este final comum na vida das resoluções?

JS — Pretendemos consolidar o que existe a respeito, formar um documento único, encaminhá-lo às autoridades, formando uma comissão para acompanhar sua evolução na área federal. A comissão terá prazo marcado para resolver a questão. São reivindicações que devem ser atendidas a curto prazo e queremos que o governo pelo menos defina, o que é viável, o que não é.

3 x 4 — Esta consolidação vai incluir também o salário profissional?

JS — Deve. Quando a profissão foi regulamentada, o Ministério do Trabalho recomendava que se estabelecesse também um piso salarial para ela, mas o governo não achou oportuno. Ou o decreto regulamentava a profissão sem salário, ou não saía decreto. Preferimos pegar a regulamentação e brigar depois pelo resto. Agora, há duas tendências: uma, estabelecendo pisos por categorias funcionais, tanto para repórter, quanto tanto para redator, etc. A outra, estabelecendo simplesmente um piso mínimo salarial, como já existe para engenheiros, médicos, etc. Esta última tendência eu acho que vai predominar na conferência. Mas a verdade é que não existe nenhuma relação entre o aparente status do jornalista e o salário efetivamente pago. São Cr\$ 900,00 aqui, para repórter, Cr\$ 1500 no Rio ou São

Paulo. O mesmo que ganham técnicos de nível médio de outras profissões.

3 x 4 — Como se pretende abordar, na Conferência, o problema da liberdade de imprensa no Brasil?

JS — São óbvios as dificuldades existentes hoje para o exercício da atividade profissional, em vários aspectos, e, embora a censura tenha se abrandado com o governo Geisel, a conferência pretende examinar o problema e sobre ele tomar decisões. A liberdade de imprensa não interessa apenas ao empregador, interessa também a quem trabalha, na medida em que o repórter também corre riscos. Riscos que muitas vezes surgem por problemas como o simples relacionamento com a fonte. O profissional pode perder o emprego, em função da informação que deu, apesar de verdadeira. Ou então, é levado a não dar um certo tipo de informação, em função do problema da censura. Em resumo, para nós, trata-se do direito à informação.

3 x 4 — Será pedida a revisão da Lei de Segurança Nacional, por exemplo?



Lei de Segurança Nacional trata de crimes já definidos pela Lei de Imprensa. Vamos pedir a revisão destes artigos, e completa liberdade de informação.

JS — No congresso de São Paulo já se adotou uma resolução que pedia a supressão de itens da Lei de Segurança Nacional, que tratam de problemas relacionados com a atividade da imprensa, e que já são tratados pela própria Lei da Imprensa. Não nos preocuparemos com a lei como um todo, apenas com os artigos que dizem respeito à nossa atividade profissional. Questionaremos também a portaria que instituiu o cadastramento de todas as publicações na Polícia Federal, para fins de censura prévia.

3 x 4 — Este tipo de discussão exige um modo peculiar de conduzir a questão, se deseja chegar a algum resultado prático. Que canais serão estes?

JS — Um caminho é redigir um documento ao governo, exigindo ampla liberdade de imprensa e ao mesmo tempo fazendo restrições a alguns aspectos da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Imprensa.



Cooperativa de Brasília já está cobrando direito autoral do jornalista. Mas funciona como agência, e os grandes jornais se opõem. Devemos imitar os músicos.



Silvia Costa



Silvia Costa

CLIK

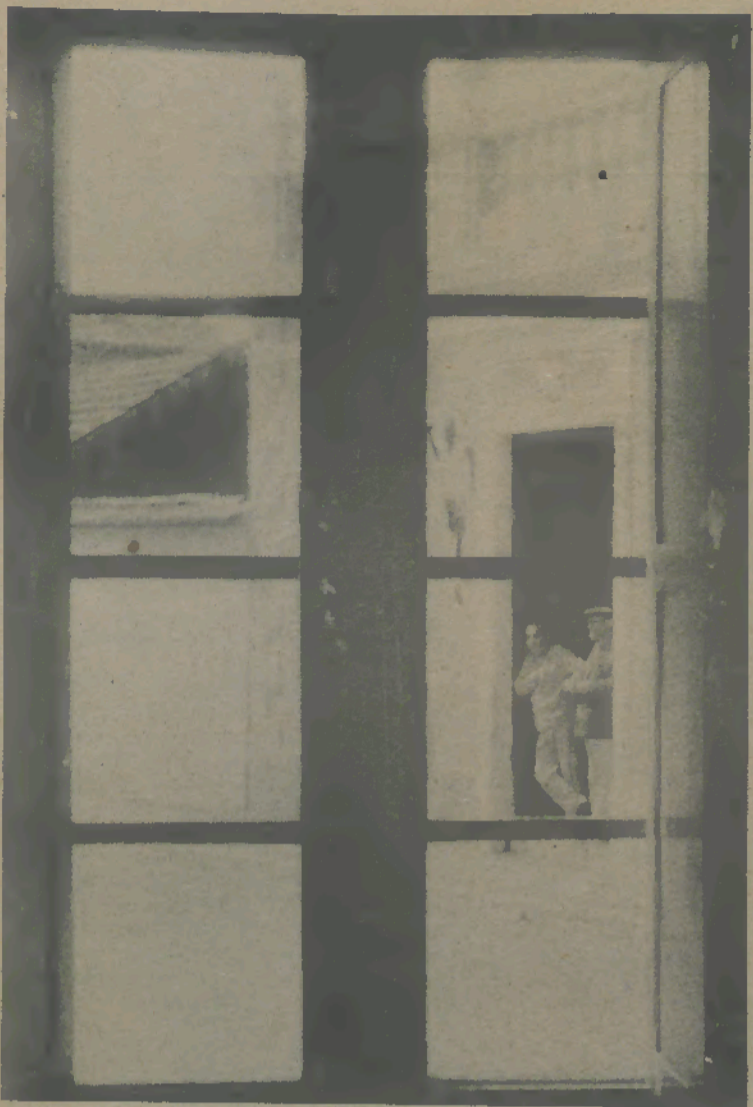


Silvia Costa



Humberto Andreatta

Humberto Andreatta



Tinha uma coisa entre a gente. Que era escura, mas não doía, era algo assim... como uma coisa, exatamente isso. Mas a gente se olhava com interesse, um sabendo como e o outro querendo saber por quê. Nenhum de nós, no entanto, conseguia se explicar muito bem, mesmo porque só nos olhávamos. Nada mais do que isso. Ou, talvez, um pouco mais: um querendo alguma coisa do outro. Dizem que pertencemos a mundos diferentes, mas nessa hora deu prá perceber que a verdade nunca foi assim. Nós estamos no mesmo mundo, cada um sentindo tudo da mesma forma. O gesto, a expressão, o significado, as pessoas. Mas ao mesmo tempo existia aquela coisa que nos colocava numa situação até incomum, porque estávamos um frente ao outro, olhos nos olhos, olhos nas pessoas, olhos em tudo. Um roubando, o outro permitindo. Um se expondo, o outro aproveitando. E nada disso nos faria, nem doía, como também não nos separava. Por um momento, pelo menos, porque depois tudo estaria colocado nos mesmos lugares comuns de sempre, quem sabe? Ninguém sabe. Mas o que estava acontecendo é que tinha mágica na história: o roubo se tornaria propriedade íntima. Porque, eventualmente, estávamos colocados nessas posições. Poderia ser diferente? Quem sabe... talvez até fosse diferente. Aparetamente, pelo menos, era assim. CLIC. Pronto. Isso foi o fim.

Dante Efrom



Dante Efrom



Silvia Costa

O que mudar no currículo

REFORMA PRECISA DEFINIR O CONTEÚDO TÉCNICO DO CURSO

No início do mês de abril, a Reitoria da Universidade Federal do Piauí solicitou à Comissão de Carreira do curso de Jornalismo, sugestões para a elaboração do currículo da escola, que será aberta no Nordeste. O Departamento de Comunicação formou então duas comissões, uma tratar do Jornalismo, e a outra especial para o curso de Propaganda e Relações Públicas. Porém, os dois grupos chegaram a poucas conclusões por enquanto.

Os alunos sugerem que se excluam algumas cadeiras do currículo atual, substituindo-as por outras de conteúdo mais vinculado ao curso e ao mercado profissional já existente. A maioria das disciplinas é necessária e pode ser mantida, precisando apenas de aplicações mais práticas. Os representantes dos alunos pedem, ainda, que se definam os conteúdos das disciplinas, de forma clara. Naturalmente, a exclusão de algumas delas deve afetar suscetibilidades e também a situação financeira de vários professores. Por isso, desde já se pergunta: um projeto novo, para uma escola do Piauí, poderá ser aplicado no Departamento de Comunicação da UFRGS?

Em síntese, as sugestões levadas pelos alunos à comissão foram as seguintes: exclusão das cadeiras afastadas do objetivo

Como está, todos sabem que o curso não pode continuar. Os alunos pedem formação teórica mais firme, ou pelos menos, mais aulas práticas. Mas há muitos problemas.

do curso, com a conseqüente substituição por disciplinas que complementem a formação do jornalista; reagrupamento da disciplina de Direito da Informação: mais aulas práticas, com maior apoio material.

Imediatamente, foi sugerida a exclusão das disciplinas de Fundamentos Científicos da Comunicação, que vem apresentando conteúdo extremamente dileitante, e de História dos Meios de Comunicação Social. (Os alunos alegam que estas duas cadeiras não passam de teorias ou relatos sem aproveitamento prático posterior). Para substituí-las, seriam introduzidas cadeiras como História Geral, Economia, Sociologia e Administração, que complementam a formação do estudante.

É difícil entender a formação de um jornalista, um publicitário ou um relações-públicas, que trabalhe sem ter estudado estas disciplinas. No entanto, atualmente, os alunos podem assistir aulas de Sociologia, Economia e História do Brasil, em apenas um semestre, como matérias opcionais.

Jornalista não aprende português

Há ainda o caso da Língua Portuguesa. Antigamente, era obrigatória. Depois, a disciplina passou a ser opcional, oferecida em horário vespertino, enquanto os cursos do Departamento desenvolvem-se normalmente de manhã, ou à noite. E a maioria dos alunos sente suas próprias deficiências em português, apesar de ter cursado a cadeira no Ciclo Básico (envolvendo apenas redação técnica e bibliografia). Falta um tratamento digno para as cadeiras de Técnica de Redação, Redação Jornalística, e Técnica de Jornal e Periódico.

Em 1973, a disciplina de Direito e Ética da Informação era ministrada em um semestre, valendo três créditos. Porém, como os alunos, no fim de quatro anos de curso, dificilmente reuniam os créditos necessários para a formatura (147 créditos), a cadeira foi descobrada, inicialmente em dois e, em seguida, em três semestres. Com isso, passou

a valer nove crédito, ainda que a matéria seja a mesma, apenas um pouco espichada, para encher as aulas. Os alunos acreditam que outras disciplinas, de maior aproveitamento, poderiam ser lecionadas em seu lugar.

A partir do quinto semestre, os problemas com a prática se agravam. A aparelhagem técnica de que a faculdade dispõe não é suficiente para atender às necessidades de um terço dos alunos. Pouco proveito se consegue em aulas de Técnica de TV ou Técnica de Rádio, por exemplo, pois muitas vezes ficam ao nível da abstração, por falta de equipamento para desenvolvê-las amplamente.

Os alunos de Propaganda e Relações Públicas sugeriram a introdução das seguintes cadeiras no curso: um semestre de Economia, no início do curso; História do Brasil e Língua Portuguesa (em quatro semestres); Marketing; um semestre fundamental de Pesquisa (metodologia), antecedendo à cadeira de Pesquisa de Opinião Pública. E mais um semestre de Política e Administração, uma cadeira de Estatística. Além disso, sugerem que o curso todo, a exemplo da cadeira de Atelier funcione como uma agência de propaganda, com aulas práticas. (J.S.)

Por esquecimento, escola ganhou um único monitor

Há apenas uma monitora no Curso de Comunicação, enquanto em outros cursos como é na Biblioteconomia e em Ciências Sociais, são quatro ou cinco. Essa diferença existe porque, segundo informações da diretora Zenaira Garcia Marques houve um esquecimento por parte do Departamento de Comunicação. A Comissão Permanente Integral enviou uma circular a todos os departamentos, solicitando que elaborassem um projeto sobre as necessidades de monitora. Na Comunicação, esqueceram de fazê-lo.

É a única monitora existente em Fotografia (assim mesmo porque o curso de Propaganda e Publicidade abriu mão). A monitora é um passo indispensável para quem quer ser professor, ou simplesmente aprender mais sobre determinada matéria. A direção da faculdade afirma que todos os anos envia pedidos para a Reitoria, solicitando mais vagas para monitores.

Mas a resposta é negativa. Não existe verba porque o projeto foi elaborado antecipadamente.

Não há regulamento do estágio para os estudantes. O curso foi descoberto de três para quatro anos, para que os alunos estagiassem mas faltou levar isto à prática. A direção estabeleceu convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola mas não consegue nenhum estagiário, por causa do baixo salário. O que existe de fato, são algumas vagas na própria Universidade, na assessoria de imprensa, na editora, na gráfica e nada mais. Existe ainda o convênio com o Departamento de Assistência e Recreação da UFRGS para quem se sujeita a trabalhar quatro horas diárias e ganhar menos de Cr\$ 500,00. O que se pode notar é que as empresas não têm nenhuma obrigação trabalhista e pagam pouco. A direção do Curso de Comunicação disse que não pode fazer nada sobre isto.

Muito trabalho, baixo salário: quem vai querer emprego assim?

Atualmente, o Departamento de Comunicação possui 16 professores.

Porém, apenas 11 lecionam. Os outros não estão em atividade por motivos diversos. Um é coordenador do curso e não leciona, outro está licenciado, outro doente, uma professora está grávida e a outra pediu suspensão de contrato para lecionar no Rio de Janeiro.

A ausência desses professores baixa ainda mais o nível do ensino. Os professores em atividade descobrem-se para lecionar as disciplinas dos outros, sobrecarregando-se. E, na maioria das vezes, as disciplinas não são afins, o que cria dificuldades para o professor e prejuízo para os alunos. O caso do professor Marcelo D'Azevedo é um exemplo típico. No ano passado, ele estava doente. Mesmo assim, sua disciplina foi oferecida para o segundo semestre. O professor piorou e não

pode dar aula. Os alunos tiveram que fazer uma cadeira do oitavo semestre para não perder o horário e o dinheiro.

Por isso, o Departamento já solicitou à Reitoria uma solução para o caso. Os professores não querem continuar sobrecarregados, prejudicando os alunos e trabalhando por dois. O Departamento pede ingresso de novos professores, seja por concurso ou através da contratação de horistas.

No que se refere à remuneração dos professores, há poucas novidades. O DASP já estudou uma reclassificação do funcionalismo público no fim do ano passado, o magistério é um caso à parte. E as soluções sempre tardam mais que as outras. Atualmente, um auxiliar de ensino está recebendo, contratado pela CLT, Cr\$ 1.720,00 menos os descontos habituais.

Vagas não aumentam, porque falta espaço e professores

A Comissão de Carreira do Curso de Comunicação resolveu limitar no número de vagas -60- para ingresso no curso. Os pedidos de transferência interna também não são aceitos. A comissão alegou que ultimamente, à procura do curso de Comunicação aumentou em mais de 100 por cento.

E em virtude deste acréscimo na procura, a faculdade não tem condições de aumentar o número de vagas, ou de aceitar pedidos de transferência. Além disso, a falta de espaço e professores. Mais vagas implicam em mais salas e professores. Por

enquanto, o curso não tem condições de satisfazer estas exigências.

Mas a Comissão, se esquece de considerar que cada pedido de transferência interna é um caso a parte. Há muitos alunos que estão saltando de um curso para outro, sem saber qual lhe agrada. Assim, roubam a vaga de um que quer estudar no curso. E a Comissão estuda, ou rejeita esses casos, da mesma forma que rejeita os que pedem a transferência porque não conseguiram classificação no vestibular, mas colocaram Jornalismo como primeira opção.

O DEPOIMENTO DOS BACHARÉIS

Rosvita Sauerstig, chefe de reportagem geral da Folha da Manhã — Desde que a antiga faculdade de Jornalismo passou a integrar, como simples departamento, a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, ficou bem clara a sua importância dentro da UFRGS. Nem faculdade, nem instituto, nem escola, apenas um departamento que consegue ter o aluno mais barato da Universidade. Dentro desta estrutura, fica difícil fazer planos para o curso, fica difícil tentar aproximar seu pobre e teórico currículo de algum mais atualizado — a USP é um exemplo. Sugestão: devolver ao curso sua personalidade própria, colocando-o dentro de sua devida importância, para que se formem bons profissionais.

Ayres Cerutti, sub-editor de esportes da Zero Hora — O que pode permanecer, o que não precisa mudar no curso? Pouca coisa sobra, pois até o prédio precisa ser ampliado e remodelado. Dos professores, poucos não dariam lugar a profissionais mais especializados.

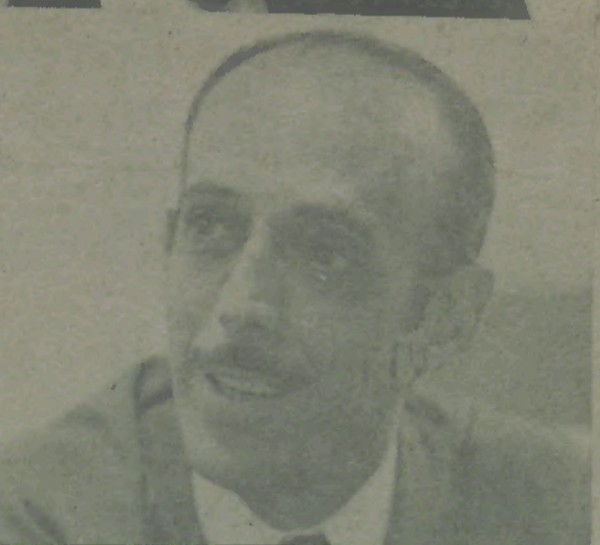
Para tornar o curso menos ocioso, as disciplinas do currículo dito profissional deveriam ser concentradas nos dois primeiros anos, eliminando o desperdício de créditos. Nos quatro últimos semestres, o aluno, já conhecendo o ofício, poderia aprofundar-se culturalmente, com cadeiras especiais de sociologia, administração, psicologia, economia, política ou mesmo temas científicos. As atuais cadeiras de "introduções" que dominam o curso não conduzem a nada.

Regina Vasquez, repórter da Folha da Manhã — Na teoria, o curso de Jornalismo da UFRGS até não é tão ruim. Mas, na prática, o nível baixa muito. A grande maioria dos professores não tem prática de jornalismo, e a primeira providência para melhorar a escola seria contratar gente experiente e interessada para formar um bom núcleo. A cadeira de Redação Jornalística, por exemplo, deve ser lecionada por redatores experientes em jornal, rádio e TV. Quanto a equipamentos, simplesmente não há. A biblioteca do curso não tem sequer assinatura dos jornais de Porto Alegre. Falta ainda uma disciplina de seminário sobre a administração da cidade e as principais fontes de informação.

João Carlos F. da Silva, da Folha da Manhã — O problema do curso é que ele ainda está formando velhos jornalistas — pessoas que terão maior ou menor sucesso no meio profissional em razão apenas de seu talento, nunca em função de um aprendizado na faculdade, porque ela na verdade ensina muito pouco.

O curso deveria valorizar as matérias práticas, com a utilização de professores realmente ligados ao meio profissional e transformar o jornalismo num verdadeiro jornal, com menor tempo de confecção, maiores exigências em relação à pauta, texto e etc. E, o mais importante, deveria estimular a formação de repórteres, completamente esquecidos dentro do curso.

MARCO AURÉLIO, REKERN,
DAUDT, KENNY BRAGA,
CÂNDIDO NORBERTO,
ZORA YONARA, CHICO XAVIER,
EDEGAR SCHMIDT,
GODOY BEZERRA E
LUÍS CARLOS MELO - UMA
EQUIPE DE PESO PARA LEITORES
EXIGENTES COMO VOCÊ.



Entre as charges do cotidiano de Marco Aurélio e Rekern,
as reivindicações de Daudt do alto de sua Tribuna,
a prosa-vida-poesia de Kenny Braga,
as considerações maduras de Cândido Norberto,
os prenúncios de Zora Yonara,
os conselhos de Chico Xavier,
as afirmações exclusivas de Edegar Schmidt,
os comentários irreverentes de Godoy Bezerra
as dicas sociais de Luís Carlos Melo,
o jornal Hoje continua trazendo pra você
todas as informações da correria deste mundo.
Com um molho muito especial.

HOJE

o jornal da tarde

Entrevista com Juarez Fonseca

A explosão do rock acabou atingindo toda a cidade, e a esperança da coisa andar é maior, agora.

Juarez Fonseca acompanha a transação e acha que "este é o momento. Nunca se tanto, de tanta qualidade".

Como se obedecessem a um sinal, de repente, os nós que impediam a corda de deslizar começaram a se desatar e quem acompanha o movimento dos grupos musicais de Porto Alegre já estava sabendo que 1975 seria o ano do som nesta cidade. A articulação do movimento já tinha começado antes, baseado nos anos anteriores, nas tentativas frustradas de ganhar consistência, na ausência completa de uma estrutura empresarial que garantisse boas produções, e coisas mais elementares como aparelhagem.

Trabalhos isolados só davam certeza de que havia gente lutando para que a coisa não morresse completamente. Bixo da Seda, Carlinhos Hartlieb, Cláudio Levitan.

Um concerto aqui, outro ali era, tudo o que havia de rock. Só promessas, então. Juarez Fonseca, crítico musical de Zero Hora, sempre acreditou que estava faltando somente uma "boa conjunção". Foi ele quem dirigiu o Exemplar, talvez o primeiro jornalzinho que tenha respeitado o leitor e valido seu preço. A mudança e o rumo que a equipe deu ao Exemplar acabaram por desinteressar os financiadores do jornal e Juarez foi pra Europa. Foi naquele tempo em que todo mundo estava caindo daqui, 72 e 73. Ao voltar, transformou o Guia (edição de sábado de Variedades, da ZH) numa folha Semi-underground lida por todo mundo ligado em som, desde o samba-canção até o rock daqui de lá.

"Tudo é uma questão de interesse. Faz muito tempo que venho acompanhando as bandas gaúchas desde que nasceram e agora, talvez pela primeira vez haja estrutura capaz de suportar os grilos e levar a coisa adiante". É assim que ele vê a situação agora, quando bons grupos locais começam a sustentar so-

zinhos " a melhor coisa que já aconteceu em rock e MPB na cidade".

O que acontecia antes que houvesse toda esta situação de euforia e extrema confiança na música progressiva aqui em Porto Alegre?

Juarez: Se a gente estabeleceu um momento para determinar o antes e o depois, parece que este momento foi a explosão de uma mente de espetáculo, certo?

Antes, então, eu via a música mais como uma coisa isolada, absolutamente como um movimento. O Carlinhos Hartlieb antes apresentava alguma coisa no Câmara, o Levitan trazia Amelita, tudo muito isolado, sem nenhuma execução global de apoio de sugestões. Porque isto acontecia eu não sei, entende? Talvez as coisas, neste momento, tenham se sentido maduras, talvez tudo tenha começado no Festival de Palhoça...

Não é fácil precisar como e quando. Muita gente daqui foi pró Festival, o Bixo mesmo voltou mais organizado, mais forte. Depois apareceu o Festival da Praia do Leste e as Rodas de Som no Arena. Eu acho também que o Almôndegas é uma parte importante nessa jogada aí, porque foi a coisa mais forte em termos de antenação; entende? Em termos de saber que um grupo daqui estava fazendo música séria, com possibilidade de fazer música de qualidade e vender bem a transação.

3 X 4: Mas havia muita lamentação e pouco trabalho, não havia?

Juarez: Me parece que o pessoal estava esperando muito, também. Reclamavam que não havia ajuda, patati patata, que faltava impulso e não tinham equipamento. Daí, ao invés de reclamar, começaram a batalhar e entrar em contato com as

MÚSICA É UMA LOUCURA, SACA? É COMO UMA PRAÇA QUE A GENTE VAI. UM VERDE...



Bixo da Seda mais organizado

empresas daqui. A própria transação do Bixo da Seda me parece que valorizou muito a música pop em PA. Despertou as pessoas. O Bixo é importante na medida em que despertou pessoas, em que abriu as Rodas de Som e trouxe multidões ao teatro. A banda é um símbolo, assim, valorizou a jogada das Rodas.

3 X 4: Parece que, além de assegurar e manter o clima, garantindo som cada sexta-feira, as Rodas fizeram vir a tona o trabalho de gente que hoje mobiliza toda uma equipe de produção, como o Utopia e o Vocal Maldito.

Juarez: As Rodas fizeram com que houvesse som, sistematicamente, na cidade, cada sexta-feira. Então, neste dia, o cara sabia que tinha música, que podia ir e lá ter. Eu acho que era exatamente isto que

tava faltando. A sistemática de ver música, como acontece no Rio, São Paulo, Estados Unidos e Europa. Olha, eu acho que é aquele negócio das coisas acontecerem juntas, entende? O Carlinhos Hartlieb teve a idéia de fazer a Roda para aproveitar os grupos que já existiam e muitos grupos foram formados para aproveitar a Roda. O Utopia é um caso.

3 X 4: Você não acha que o público ainda é pequeno?

Juarez: O teatro é pequeno. As Rodas sempre estão lotadas, o cara sabe que se não comprar a entrada à tarde ou no início da noite não vai conseguir entrar. Quando o Bixo se apresentou, mais de quinhentas pessoas não puderam entrar. Mas as Rodas não foram tudo porque em seguida o Bixo se apresentou no Leopoldina como teatro lotado. Dois

anos depois tinha o show do Almôndegas, o do lançamento do disco. Me lembro bem que tinha Almôndegas na sexta, sábado e domingo, Roda de Som na sexta e Mautner no sábado. Os teatros estiveram lotados e ao Gigantinho foram mais de quatro mil pessoas. Público tem, então. Olha o Em Palpos de Aranha: terminou a temporada no Israelita e no Câmara com casas lotadas, até a última noite. Ninguém pode negar que é a música quem tem levado maior número de gente ao teatro. Isto não pode ser muito teorizado porque ainda está acontecendo, entende? E é o que eu to sentindo.

3 X 4: No ano passado, pouquíssima gente se apresentou aqui. Mal entramos em 75, o pessoal começou a despencar do Rio e São Paulo. Gil, Mautner, Caetano, Gal, agora o Macalé na PUC. Você acha que tem

uma relação com o que acontece com o movimento local?

Juarez: Neste ano, o Gigantinho deu dois shows com grupos americanos de soul. O primeiro levou quinze mil pessoas, o segundo umas oito ou nove mil. E teve Mautner, Luiz Gonzaga Jr., Gal, Almôndegas, Milton Nascimento, Elis, Marlène, Caetano, Macalé, sem contar os grupos da cidade. Ah, e teve Gil... Claro que isto tudo está muito ligado, que a coisa é uma só: interesse pela música. E nunca houve tanto. Olha só a força que os rádios e os jornais estão dando!... Também nunca foi tão grande. Tudo é novo e forte. Um dia, numa Roda de Som, se apresentou um negrinho fazendo um samba sensacional, com alguma coisa de Jorge Ben, umas letras legais, sabe? E teve um grupo de Viamão, o Vértebras do Som, que se mostrou também pela primeira vez. Um grupo andrógino que veio lá de Viamão. Se a gente não imaginava que tinha um grupo andrógino aqui no Portinho, imagine lá em Viamão?... O Carlinhos tá fazendo agora com a dança o que o Léo Ferlauto e o Mutuca fizeram com o teatro, na Tragicomédia; usando a música, eles estão dando força ao teatro e a dança. Música é uma loucura, o que ela pode fazer... Eu acho que a música é um negócio assim como uma praça que a gente vai, um campo verde. Eu acho que as pessoas tão fazendo em PA a melhor coisa que elas poderiam estar fazendo em PA. Os esforços estão todos dirigidos. O Danilo e o grupo dele ficam agitando na Arquitetura, as quintas-feiras com o Portabertas; sexta, é no Arena, e sábado e domingo, Palpos. Quando é que isto aconteceu em Porto Alegre? E com tal qualidade? (J.G. e C.M.)

Circuito I vai abrir outro cinema de arte

O circuito I — Cinemas I e II, criado no Rio de Janeiro, há três anos, estendeu-se pelo país, chegando agora a Porto Alegre. Foi uma iniciativa de Hannie Rocha, Alberto Sbatovski e Toni Man, que formaram o Grupo Nacional de Diversões, responsável posteriormente pela escolha e distribuição dos filmes da rede.

A implantação dos cinemas de arte no Brasil rompeu uma certa imobilidade na área da exibição cinematográfica. Público e crítica prescindiam de melhores condições para conviver com o melhor cinema, não importando gênero, estilo ou enfoque. Sentindo esta necessidade, o Cinema I não se imitiu e hoje é uma realidade revitalizadora.

Partindo do princípio de que o público prestigia a qualidade, o Circuito I, embora não tenha tido uma proposta inicial de lucro, provou que também é possível ganhar dinheiro com cinema sério e de bom gosto. Como nos outros centros do país, em Porto Alegre, o público vai mais aos cinemas de arte, estimulando estas iniciativas.

O Cinema I — sala Vogue de Porto Alegre, exibirá filmes de todas as procedências, inclusive obras geralmente desprezadas pelos grandes distribuidores e exibidores. A seleção das fitas fica a cargo do pessoal do Grupo Nacional de Diversões, obedecendo a um critério rigoroso de programação de acordo com a crítica internacional mais exigente. Além disso a rede importa diretamente filmes específicos de arte, distribuindo-se após pelas casas exibidoras a ela vinculadas (contrato por estas casas são impedidas de exibirem fitas sem a autorização do Grupo Cinema I). Quanto à exibição de filmes nacionais, o problema se torna mais complexo, já que são poucos os que preenchem os requisitos exigidos pelo Circuito, tomando difícil o cumprimento da lei de proporcionalidade obrigatória.

Para inaugurar as atividades do circuito I em Porto Alegre, a 1º de maio, foi programada a exibição de "Amarcord", de Federico Fellini, vencedor do "Oscar" da Academia de Hollywood, para a melhor produção estrangeira na temporada de 1974. Depois virão "A CONVERSAÇÃO" de Francis Ford



Coppola, "O CRIADO" de Joseph Losey, "70 ANOS DEBRASIL" de Jurandir Noronha, "A ULTIMA MISSÃO" de Hal Ashby, "O SETIMO SELO" de Ingmar Bergman, "PAO E CHOCOLATE" de Franco Brusati, "UIRA, O ÍNDIO EM BUSCA DE DEUS", de Gustavo Dahl, "DAISY MILLER", de Peter Bogdanovich e "THX—1138", de George Lucas.

O Cinema I — Sala Vogue pretende promover sessões sábado à meia-noite, com a pré-estréia do filme de semana seguinte, e ciclos de palestras e festivais.

Para que tudo isto se tornasse possível, o Cinema Vogue sofreu várias modificações na aparelhagem de som e projeção, e no seu sistema de ar condicionado. Detalhes como o livro de sugestões, que já existe, e a próxima instalação de música ambiental na sala de espera, são algumas das novas características da sala. Apesar das mudanças, o público continua praticamente o mesmo, já que o Vogue nunca se afastou da proposta de cinema de arte.

Em vista do sucesso da iniciativa, Jaime Charak, gerente da Cinematográfica São João, S.A., empresa administradora do Vogue, São João, Baltimore, Bristol, — ex-Mini-Baltimore) e Center, fala em criar o Cinema II de Porto Alegre, possivelmente no Britol. Isto permitiria que fitas de grande sucesso e importância (como "Amarcord"), continuassem mais tempo em cartaz dando ao público novas opções de qualidade. M.V.Y.

Ninguém emprega o recém-formado

Como a criação e manutenção de um departamento de seleção de pessoal requer um investimento que poucas empresas estão dispostas a realizar, as agências de recrutamento e seleção de pessoal vem se firmando no mercado gaúcho, servindo de intermediárias entre o empregador e o profissional de nível universitário.

Em anúncios publicados nos jornais de maior tiragem, elas pedem a apresentação de candidatos com determinadas aptidões, prontos a serem testados técnica e intelectualmente, indicando a faixa salarial a que podem pretender. Mas não esclarecem em qual empresa o profissional pode vir a trabalhar, mantendo absoluto sigilo sobre sua identidade até a segunda entrevista, quando já escolheu aqueles que poderão realizar os testes.

Com equipe especializada, a agência garante uma boa seleção, sem que o cliente precise montar seu próprio esquema de triagem, que custaria mais. Além disso o contratante de seus serviços tem um prazo de 90 dias para aprovar o profissional selecionado ou substituí-lo por outro. E, para o candidato, há a certeza de que suas qualidades estão sendo valorizadas ao máximo, de que o lugar a que concorre satisfaz suas aptidões e pretensões salariais.

O cliente da agência recrutadora concorda em lhe pagar o correspondente ao salário inicial do profissional, quando a vaga for preenchida. O salário é determinado pelo empregador, baseado em dados fornecidos pela agência, através de estatísticas próprias ou de publicações credenciadas, como a da MASAPA, de São Paulo.

Com esta delimitação de salário a empresa de seleção pode atender aos interesses do empregador (gastar o mínimo) e aos do profissional (ganhar o máximo). Mas algumas agências preferem não discutir com o cliente que não quer pagar pelo profissional o que ele merece, para não perdê-lo.

Ao receber o pedido de um cliente, a

agência segue o seguinte esquema: elaboração de perfil da empresa; análise de função e perfil do candidato; redação e veiculação do anúncio; triagem (entrevistas pré-seletivas); aplicação de testes de personalidade e aptidões; capacitação (avaliação, confirmação de conhecimentos, elaboração de um currículo do candidato); checagem de informações fornecidas pelo candidato; comparação entre os selecionados, avaliando suas possibilidades de adaptação na empresa e apresentação da empresa contratante ao candidato escolhido.

A seleção do candidato através dos testes compreende uma bateria de questões específicas para cada tipo de aptidão. Já os testes de personalidade, embora comuns a todas as funções, dependem do nível que o candidato possui.

Segundo os diretores da Performance e da Racional, duas empresas de seleção, costumam-se atribuir, na avaliação de candidatos, um peso de 60 por cento à experiência e 40 por cento à personalidade, aptidões e aparência. Apenas 20 por cento dos empregadores pedem o histórico escolar do candidato e raros são os que se preocupam com a universidade em que ele fez seu curso.

O ponto mais considerado é a capacidade e o desempenho individual. Mesmo a diplomação tem importância relativa à experiência. As empresas preferem o prático, a quem podem pagar um salário menor, ao diploma em quem reconhecem maiores possibilidades de desenvolvimento.

Em vista do grande valor atribuído à experiência, os recém formados com pouca prática dificilmente encontram colocação a altura de sua capacitação profissional. São obrigados a trabalhar por salários mais baixos, a espera de melhores oportunidades.

O estagiário também enfrenta esses problemas e quando o período de seu estágio ultrapassa os seis meses, contribui para a desvalorização do salário profissional.

O que vai sobrar do parque?



Dante Efrom

ESTUDANTES TINHAM RAZÃO: ÁRVORE NEM ATRASA O TRÁFEGO

Em Porto Alegre, a brincadeira de subir em árvores, desde fins de fevereiro, é no mínimo perigosa menos pelo risco de uma eventual queda do que pela violenta reação das autoridades, ainda não acostumadas a manifestação em defesa do meio ambiente. No dia 25 de fevereiro, dois estudantes universitários subiram em uma acácia tipuana que seria a 11ª de uma série derrubada para dar passagem ao sétimo viaduto de Porto Alegre. Era uma ação pacífica, para impedir a derrubada, e que terminou em violência, desnecessariamente.

Mas o protesto da árvore, como ficou nacionalmente conhecido, teve um saldo positivo: a conservação das acácias, que, mesmo não sendo derrubadas, não impediram que as obras do Viaduto Imperatriz Leopoldina fossem concluídas sem grandes transtornos técnicos. Entregue ao tráfego dia oito de maio, suas pistas deram vazão normal ao volume de veículos para o qual foi projetado.

Os técnicos não admitiam a hipótese de que uma árvore pudesse alterar o traçado inicial de uma obra essencial no esquema viário da cidade. Se dependesse de três conhecidos urbanistas, a acácia salva pelos estudantes deveria cair. Um dos autores do Plano Diretor de Porto Alegre, o arquiteto Maximiliano Fayet, afirma que "a árvore do protesto deveria cair para não atrapalhar o andamento de uma obra tão importante". O secretário da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) Jorge Englert, admite que "o protesto foi válido até certo ponto, pois serviu como alerta "mas considerou-o "um exagero". E o diretor do Grupo Executivos da Região Metropolitana (GERM) Danilo Landó também não impediria a derrubada da árvore porque para ele, "aumentar a rapidez do tráfego também é humanizar a cidade".

Na verdade as acácias da Avenida João Pessoa, em frente à Faculdade de Direito da UFRGS,

podiam ser e foram poupadas, sem que isso causasse qualquer problema ao escoamento normal do tráfego que se dirige ao centro da cidade. A liberação do Viaduto Imperatriz Leopoldina para o trânsito provou que a perda de alguns centímetros de concreto e asfalto na largura da pista bairro-centro não prejudicou a obra. O estreitamento é tão pequeno que, a preservação das acácias, e consequente mudança nos números iniciais do projeto, deveria ser prevista sem que fosse necessário o protesto que acabou em violência.

"Se eu tivesse 20 anos, também subiria na árvore" disse o Secretário Especial do Meio-Ambiente, Paulo Nogueira Neto, ao saber dos acontecimentos em Porto Alegre. Resta agora esperar que a lição tenha sido aprendida, e que o gesto dos estudantes tenha servido de alerta à população para a devastação da já pouca área verde de Porto Alegre. E o que esperam os estudantes (V.S.)

COM A PERIMETRAL, SÓ MUDANÇA SALVA A UFRGS

As obras do cinturão de asfalto que vai circundar o centro de Porto Alegre, chamado de Primeira Perimetral, estão paradas atualmente porque a UFRGS ainda não teve condições de transferência para seu novo campus todas as faculdades que serão atingidas. Os planos da Perimetral prevêem a passagem de duas pistas que cortarão os prédios da Medicina, do Biotério e da Arquitetura desembocando no túnel da Conceição. A Faculdade de Medicina e o Biotério, os mais atingidos, terão prioridade nas transferências, seguidos pelas faculdades de Direito e Economia.

Enquanto esperarem pela mudança, alunos, professores e funcionários do Instituto de Química e do Colégio de Aplicação passarão a conviver diariamente com o barulho e os perigos que representam os veículos que utilizarão a Perimetral para evitar o centro da cidade. Mas a situação realmente crítica será a da Faculdade de Arquitetura e da Rádio da UFRGS que ficarão ilhadas entre as pistas da Primeira Perimetral e o acesso à João Pessoa. A Arquitetura, além de perder parte de seu prédio, ficará imprensada contra a Avenida Oswaldo Aranha e a Sarmiento Leite e, certamente, é quem mais sofrerá com a poluição sonora causada pelo tráfego da área.

A Rádio da UFRGS, que não sofreu nenhum dano direto a sua estrutura, poderá ter seu

prédio que foi construído na década de 20 preservado, a exemplo do que aconteceu com a Ponte de Pedra, no Parque dos Açorianos. Espera-se, porém, que se evite que o prédio seja cercado por **outdoors** como a Igreja do Carmo, na Avai, que também foi preservada e hoje está oculta por muros, e velhas paredes, além dos cartazes publicitários. Mesmo que o prédio não seja demolido, a Rádio terá que mudar-se porque seu funcionamento será muito afetado pela barulho e trepidações, causadas pelo tráfego que circulará na área. O Superintendente de Planejamento da UFRGS, professor Luís Viana, informa sobre a mudança de local da Rádio:

— "Existe, na Divisão de Obras da Universidade, um anteprojeto que prevê a construção de um prédio para abrigar a Rádio, ao lado do Planetário, atrás da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, mas não há data prevista para o início das obras, porque toda a verba liberada pelo MEC é destinada para o novo campus da UFRGS na Agronomia. Portanto não há nada definitivo.

A diretora da Rádio, jornalista Vacília Derenji, é como ela diz "quem menos sabe para onde irá a Rádio". A mudança para um novo prédio ou para alguns andares que seriam construídos sobre a Faculdade de Comunicação é apenas mais um dos rumores que circu-



Dante Efrom

lam na Universidade, como o do tombamento do prédio pelo Patrimônio Histórico, logo esquecido pela sua pouca idade. Mas a mudança é inevitável.

O processo requerendo aumento de potência para a Rádio da UFRGS, tramitando desde junho de 1970 no Ministério das Comunicações, foi assinado recentemente, passando de dois para 10 quilowatts, durante o dia e de 0,5 para 1 quilowatt à noite, na faixa de 1080 kHz. O pedido de mudança para a frequência de 1060 kHz foi negado pelo DEN-TEL porque existe uma rádio no Chile que a usa e a Rádio da UFRGS só poderia ocupá-la se reduzisse sua potência.

A compra de novos transmissores está sendo tratada por um grupo — tarefa sob presidência da diretora da Rádio, que está atuando junto à Fundação Ford, Fundação Konrad Adenauer e PRON-TEL, sendo esperada para breve uma solução definitiva. Sobre a possibilidade da Rádio, com o aumento de potência, passar para o controle da Radiobras, Vacília esclarece que "isto não acontecerá, e a Radiobras dará apenas assessoria técnica à Rádio da UFRGS". Vacília diz ainda que a Radiobras assumirá o controle das Rádios dos Ministérios, e talvez no futuro, isto também venha a acontecer com as rádios oficiais, "mas somente no futuro, enfatiza (V.S.)

ATELIER DE PUBLICIDADE

CURSO DE COMUNICAÇÃO

U.F.R.G.S.

REFERÊNCIA
Não pode sair da Biblioteca

